

FILOSOFIA DA CIÊNCIA, REALISMO CRÍTICO E TEORIA PÓS-KEYNESIANA.

Fabício José. Missio¹

Resumo: o trabalho resgata alguns dos debates travados no âmbito da filosofia da ciência, como aqueles envolvendo o positivismo lógico e o realismo crítico, a partir dos críticos mais referidos nesses debates, a saber, Popper, Kuhn e Lakatos. Posteriormente, apresenta-se a filosofia crítico-realista de Tony Lawson. O objetivo é retomar os argumentos que integram o realismo crítico e sua inter-relação com a teoria pós-keynesiana. As conclusões mostram que a ênfase sobre a incerteza, os processos históricos e a escolha real revelam o compromisso do pós-keynesianismo com algo aberto, estruturado e ontologicamente dinâmico, tal como elaborado e sistematizado dentro da abordagem do realismo crítico.

Palavras-chave: Metodologia, Realismo Crítico e Economia Pós Keynesiana.

Abstract: the paper is a survey that rescues some of the debates within the philosophy of science from logical positivism to critical realism, from the critics mentioned in these debates, namely, Popper, Kuhn and Lakatos. Subsequently, it presents a critical realism philosophy of Tony Lawson. The objective is to resume the arguments that comprise the critical realism and its interrelation with the post-Keynesian theory. The findings show that the emphasis on uncertainty, historical processes and the real choice reveals the commitment of the post-Keynesianism with something structured, open, dynamic ontologically, as elaborated and systematized within the approach of critical realism.

Key Words: Methodology, Critical Realism and Post-Keynesian Economics.

JEL Classification: B40, B41, B50.

¹ Professor de Economia da UEMS, Doutorando em economia pelo Cedeplar e bolsista Fundect. E-mail: fabriciomissio@gmail.com
Recebido em 10/05/2010. Liberado para publicação em 06/04/2011.

Introdu o

Como destacado por Hodge (2007), uma indica o clara do crescimento da influência do realismo em filosofia da ciência   o crescimento expressivo do número de publica es nessa área, sobretudo, na Europa. Todavia, na América e, em especial, no Brasil, esse tema sido pouco explorado sendo relegado a um número ínfimo de trabalhos. O realismo surge como forma de escapar da crise do caráter prescritivo da metodologia tradicional². Esta metodologia, fundada no empirismo, parte de uma visão de mundo de que existe uma realidade objetiva independente da mente humana e de que o conhecimento científico só pode ser gerado a partir da observa o de fen menos empíricos. Evidentemente, por várias razões, essa abordagem enfrentou dificuldades para sustentar seus aspectos prescritivos, passando a priorizar os aspectos descritivos. Ademais, o conhecimento científico, fruto da observa o empírica, sofreu uma série de críticas conforme pode ser observado nos debates que envolveram Popper, Kuhn e Lakatos, entre outros.

Para alguns economistas, o realismo crítico ganha destaque porque suas prescri es metodológicas possibilitam o encontro de fundamentos filosóficos alternativos   forma até então predominante de se fazer ciência. Nesse sentido, alguns autores identificam no realismo crítico os fundamentos filosóficos da escola pós-keynesiana, ainda que dentro dessa escola isso não seja consensual.

Tendo em vista o que foi exposto, o objetivo do trabalho   retomar alguns dos principais argumentos (e referências) que permeiam essa discussão, em especial, no que tange aos fundamentos filosóficos do Realismo Crítico, tendo como objetivo evidenciar a tese em si e algumas das contribui es posteriores que discutem a intera o entre essa filosofia e a escola pós-keynesiana. Para cumprir com o objetivo, o trabalho encontra-se dividido em três se es, além desta introdu o e das considera es finais. A se o 2 faz uma breve recupera o dos principais autores envolvidos nos

² Além do realismo crítico, surgiram outras correntes metodológicas, como as que defendem ou o niilismo metodológico (FAYERABEND, 1975) ou o pluralismo metodológico, sem negar a existência de uma realidade objetiva ao alcance do entendimento; ou ainda, aquelas que negam a precedência do conhecimento científico sobre outras formas de conhecimento, ou até mesmo a possibilidade de existência do primeiro. Neste caso, há correntes metodológicas que negam qualquer critério de demarca o ou de avalia o de teorias, enquanto outras propõem a precedência da linguagem e das cria es conceituais e teóricas sobre a realidade objetiva (VASCONCELOS et al., 1999).

debates metodológicos com maior influência sobre os economistas, a saber, Popper, Kuhn e Lakatos. A seção 3 apresenta os principais argumentos do realismo crítico e a seção seguinte discute a adequação do mesmo na qualidade de fundamento filosófico da escola pós-keynesiana.

1 Filosofia da Ciência e Metodologia Econômica: Popper, Kuhn e Lakatos

Ao tratar de questões filosóficas e metodológicas, é possível afirmar que a ciência econômica teve seu caminho influenciado principalmente pelos lógico-positivistas (Círculo de Viena), pelo popperianismo, por Kuhn e Lakatos e, mais recentemente, pela interpretação retórica de McCloskey. Todavia, há de se considerar que ainda hoje a interpretação popperiana constitui a interpretação responsável pelos fundamentos científicos da corrente dominante (neoclássica) do pensamento econômico (HERSCOVICI, 2002).

A discussão iniciada pelos lógico-positivistas tinha por objetivo a busca de um (único) método verdadeiramente científico capaz de ser aplicado a todas as disciplinas que almejassem o *status* de ciência. O objetivo era encontrar um critério de demarcação capaz de definir uma separação clara entre o conhecimento científico e o conhecimento não-científico (metafísico)³, sendo o critério proposto o método a ser empregado para obter determinadas conclusões, qual seja, a observação. Mais especificamente, *grosso modo*, para estes pensadores constitui conhecimento científico o conhecimento que é provado (ou passível de prova) a partir da observação. Nesse sentido, fazem parte do seu modelo teórico apenas afirmações de fenômenos que podem ser observáveis.

Segundo CHALMERS (1994), dentro dessa abordagem, o conhecimento científico é construído pela indução a partir de uma base segura obtida pela observação. Assim, à medida que aumenta o número de dados estabelecidos pela observação e pelo experimento, novas leis e/ou teorias de maior generalidade e escopo são construídas pelo raciocínio indutivo. Em outras palavras, significa dizer que o crescimento da ciência é tido como

³ Em outras palavras, o ponto programático central do projeto lógico-positivista consistia em eliminar todas as asserções de conteúdo metafísico do discurso científico.

contínuo, para frente e para o alto, conforme o fundo de dados de observação aumenta.

Não obstante a emergência de certo “consenso” com a respeito a esta epistemologia proposta pelos positivistas lógicos, alguns problemas e paradoxos ligados à *noção de confirmação*⁴ foram sendo expostos ao longo do tempo por autores dedicados ao estudo da metodologia da ciência. Ainda que estas observações já estivessem presentes na primeira metade do século XX, é somente na sua segunda metade, após Karl Popper apresentar suas críticas à lógica positivista, que a posição indutivista hegemônica se desfaz, cedendo lugar à crescente aceitação da tese popperiana falsificacionista.

Em síntese, o objetivo de Popper era examinar, de forma extensiva, os problemas da demarcação e da indução. No entanto, como o problema da indução é apenas outra face do problema da demarcação, a solução apresentada para este último valeria também para o primeiro (POPPER, 1963, p. 83). A tese da demarcação parte do princípio de que o “científico” deve ser potencialmente falseável pela observação empírica, isto é, deve existir pelo menos um enunciado básico empírico sobre o qual a teoria pode ser testada. Logo, ao contrário dos lógico-positivistas, Popper não identifica verificação empírica com cientificidade, mas cientificidade com falseabilismo.

Nessa perspectiva, um investigador falsificacionista admite livremente que a observação é orientada pela teoria e a pressupõe. As teorias são interpretadas como conjecturas especulativas ou suposições criadas livremente pelo intelecto humano no sentido de superar problemas encontrados por teorias anteriores e dar uma explicação adequada do comportamento de alguns aspectos do mundo. Uma vez propostas, as teorias especulativas devem ser rigorosa e inexoravelmente testadas por observação e experimento. Teorias que não resistem a testes observacionais e experimentais devem ser eliminadas e substituídas por conjecturas especulativas ulteriores.

⁴ De forma preliminar, é possível argumentar que o critério de demarcação adotado pelos lógico-positivistas incorre em pelo menos dois problemas fundamentais, a saber: i) não é possível verificar conclusivamente uma proposição científica em virtude do problema da testabilidade infinita, ou seja, não se pode assegurar que uma proposição até então confirmada passe necessariamente pelo próximo teste empírico, de forma que sempre existe a possibilidade de que uma proposição até então confirmada e, portanto, considerada científica, venha a ser refutada; e ii) a utilização pela ciência de termos teóricos constituiu um problema nessa abordagem, porque os termos teóricos são, por definição, não empíricos, e, sim, metafísicos.

Nesse sentido, a ciência progride por tentativa e erro, por meio de conjecturas e refutações (CHALMERS, 1994).

Segundo Marin e Fernández (2003), a aplicação do critério de demarcação (falsificacionismo) dentro dessa abordagem, antes de buscar separar ciência de metafísica como queria os lógico-positivistas do Círculo de Viena, visava a *avaliar teorias e ajuizar suas pretensões* (p. 03). Nesse sentido, surge a necessidade de estabelecer um critério capaz de auxiliar na decisão de se uma teoria é aceitável ou não por meio de argumentos empíricos; ou seja, trata-se de examinar as condições de aceitação frente a observações e experimentações empíricas, podendo a teoria resistir ao teste e, assim, ser corroborada ou, caso contrário, ser refutada.

Nesse sentido, o “passo final” do falsificacionismo depende de como a teoria se comporta durante o estágio de teste. Se as implicações da teoria não são consistentes com a evidência, então a conjuntura é falsificada e deve ser substituída por uma nova conjuntura que não deve ser *ah hoc* relativa à original; isto é, uma nova conjuntura deve ser construída unicamente para evitar as *anomalias* empíricas. Se a teoria não é falsificada pela evidência, então ela é considerada corroborada e aceita provisoriamente.

Em termos do crescimento da ciência, uma nova teoria será aceita como digna da consideração dos cientistas se ela for mais falsificável que sua rival e especialmente se ela prevê um novo tipo de fenômeno não abordado pela rival. Nesse caso, a ênfase na comparação de graus de falsificabilidade de uma série de teorias possibilita evitar o problema de especificar exatamente quão falsificável é uma teoria isolada, uma vez que se deve considerar que o número de falsificadores potenciais de uma teoria será sempre infinito.

Diante da necessidade de levar em conta as complexidades das principais teorias científicas, os estudiosos da filosofia da ciência passaram a admitir que nem a ênfase na derivação indutiva das teorias da observação, nem o esquema falsificacionista foram capazes de estabelecer, tal como se propuseram, um critério de demarcação entre ciência e não ciência. Em outras palavras, essas abordagens foram incapazes de produzir uma caracterização adequada da gênese e do crescimento de teorias realisticamente complexas. Logo, desenvolveu-se a concepção de que é necessário considerar as teorias como estruturas organizadas; concepção esta ancorada nos seguintes motivos: i) o estudo histórico revela que a evolução e o progresso das principais

ciências mostram uma estrutura que não   captada pelos relatos indutivista e falsificacionista; ii)   somente por meio de uma teoria coerentemente estruturada que os conceitos adquirem um sentido preciso, ou seja, existe certa dependência da observa o em rela o   teoria; e iii) a necessidade da ciência crescer.

Assim, na última metade do século XX, alguns esforços foram empreendidos no sentido de compreender o progresso da ciência através do construto de teorias na condi o de estruturas complexas organizadas. Especificamente, difundiu-se cada vez mais a perspectiva de não considerar o desenvolvimento das ciências tão somente a partir das sequências de teoriza es, experimentos e argumenta es, mas de buscar enriquecer a compreensão do fen meno científico a partir das práticas científicas e dos mecanismos sociais de negocia o e legitima o (dessas práticas). Dois dos principais avanços nesse sentido foram propostos por Kuhn (1962) e Lakatos (1979).

A teoria da ciência de Kuhn foi desenvolvida como uma tentativa de fornecer uma abordagem mais coerente com a situa o histórica, tendo como característica-chave a ênfase dada ao caráter revolucionário do progresso científico, sem que este implique abandono de uma estrutura teórica mediante a sua substitui o. Sem entrar em detalhes na já conhecida abordagem de Kuhn, cumpre apenas destacar o traço essencial desempenhado pelas características sociológicas das comunidades científicas. Mais especificamente, por um lado, tem-se que a no o de *paradigma* desenvolvida pelo autor circunscreve o que o cientista observa e problematiza; enquanto, por outro, a considera o de diferentes paradigmas científicos fomenta uma abordagem socioconstrutivista das ciências. Dessa forma, busca-se compreender a prática e o desenvolvimento científico como equivalente a qualquer outra institui o social, isto  , como fruto de negocia es e acordos entre grupos.

Para retomar a essência deste pensamento, destaca-se a forma como surgem e/ou desaparecem os *paradigmas científicos*. Inicialmente, divide-se a evolu o da ciência em duas fases, uma pr -paradigmática e uma pós-paradigmática. Na primeira, existe uma grande variedade de escolas (pesquisadores) que disputam o mesmo espaço a partir de concep es de natureza distintas. Nesse caso, não há uniformidade de propósitos, e os cientistas não conseguem chegar a acordos estáveis. Todavia, ao longo do

tempo, algumas escolas apresentam desenvolvimentos que podem sobressair-se sobre os demais, em virtude de fatores como a adequação de suas prescrições com um ambiente favorável ao recebimento dessas ideias ou em virtude da superioridade da retórica dos integrantes dessa comunidade científica quanto comparadas com as outras, entre outros. Nesse caso, a atividade desorganizada e diversa que precede a formação da ciência torna-se eventualmente estruturada e dirigida, e a comunidade científica passa, então, a ater-se a um único *paradigma*.

A segunda fase advém da consolidação do paradigma, o que caracteriza a existência de uma determinada ciência; ou seja, somente a consolidação de um paradigma caracteriza o empreendimento de uma determinada comunidade como sendo científica e é o estudo dentro desse que capacita o estudioso a se integrar a esta comunidade. Segundo CHALMERS (1993), um paradigma é composto de leis, técnicas e suposições teóricas gerais adotadas por uma comunidade científica específica. Os estudiosos que trabalham dentro dessa comunidade praticam aquilo que Kuhn chama de *ciência normal*, sendo responsáveis por articular e desenvolver o paradigma em sua tentativa de explicar e de acomodar o comportamento de alguns aspectos relevantes do mundo real.

Não obstante, nessa tentativa de explicar o mundo real, os cientistas encontram dificuldades, problemas que não são resolvidos, falsificações aparentes ou explicações pouco convincentes denominadas *anomalias* (fatos que não são cobertos pelas explicações do paradigma vigente). Com o surgimento e multiplicação destas anomalias, o processo de crescimento teórico promovido pela tradição vigente é interrompido, gerando-se uma fase de crise do paradigma. Este momento de crise, caracterizado por uma multiplicação de problemas sem resolução, exige uma resposta. Quando não se encontram saídas dentro do paradigma atual, ocorrem revoluções científicas (grandes rupturas) que derrubam de vez a tradição normal da ciência vigente até então (VIEIRA e FERNÁNDEZ, 2006). A mudança descontínua constitui, portanto, uma *revolução científica*.

Por fim, cumpre destacar ainda dois pontos da teoria de Khun. O primeiro refere-se ao fato de o autor ter criticado o falsificacionismo popperiano em duas grandes frentes: por um lado, o autor defendeu que a filosofia da ciência não deve se ocupar apenas com questões demarcacionistas e com critérios normativos, mas, sim, deve também estudar as relações sociais

e compromissos assumidos entre os cientistas que compartilham de uma mesma linha de pesquisa (HAUSMAN, 1992); por outro, o autor critica a visão popperiana da dinâmica do conhecimento científico como uma trajetória linear “evolucionária”, uma vez que para ele, este ciclo alterna períodos de ciência normal, com teorias e práticas bem definidas e revolu es científicas. O segundo ponto refere-se a duas características da atividade científica que estão presentes em Kuhn e ausentes em Popper: a ideia de que *uma ciência   historicamente contextualizada* e a ideia de que os paradigmas, assim como a própria ciência, são *socialmente construídos*⁵.

A segunda tentativa notável de analisar teorias como estruturas organizadas foi empreendida por Lakatos (1979) com sua “Metodologia dos Programas de Pesquisa Científica” (MSRP). O MSRP de Lakatos   claramente parte da tradi o popperiana em filosofia da ciência, mas   também motivado filosoficamente pela história da ciência de Kuhn. Assim como a abordagem Kuhniana, a abordagem de Lakatos também   bem conhecida e, nesse sentido, retoma-se a seguir apenas a sua essência. Para Lakatos, a unidade de análise primária na ciência   o “programa de pesquisa” em vez da teoria científica. Mais especificamente, o *programa de pesquisa científico*   definido como o conjunto de regras, ou heurística, que governa a pesquisa dentro de cada programa. Este   constituído por um *hard core*, por uma heurística positiva e negativa e pelo cinto protetor.

O *hard core*   constituído fundamentalmente por pressuposi es metaf sicas que definem o programa e são tratadas como irrefutáveis pelos seus praticantes. A heurística negativa de um programa   a exigência de que, durante o desenvolvimento do programa, o núcleo irredutível deve permanecer intacto e sem modifica es. Ou seja, os pesquisadores não questionam o *hard core* do programa, pois consideram o conjunto de hipóteses irrefutável e o protegem da falsifica o por um cinturão de hipóteses auxiliares e/ou condi es iniciais. Por outro lado, a heurística positiva cont m as regras pelas quais as pesquisas devem ser conduzidas.

⁵ Para Kuhn, a própria conversão de pesquisadores de um paradigma para outro   um fen meno associado   psicologia social, sendo que esta não ocorre em um único ponto do tempo, mas, sim, de maneira progressiva, afetando mais sensivelmente as gera es mais jovens.

Essas regras estabelecem como anomalias são tratadas e como o programa de pesquisa é desenvolvido.

O cinto protetor do programa é constituído pelo conjunto de hipóteses e processos necessários à aplicação do *hard core* a problemas específicos, sendo que esses podem ser modificados sem envolver o programa em questão. Ou seja, qualquer inadequação na correspondência entre um programa de pesquisa articulado e os dados de observação não deve ser atribuída às suposições que constituem seu núcleo irreduzível, mas a alguma outra parte da estrutura teórica. Logo, o cinto protetor não consiste somente nas hipóteses auxiliares explícitas que suplementam o núcleo irreduzível, mas também em suposições subjacentes à descrição das condições iniciais e em proposições de observação, sendo resultado da interação do *hard core*, da heurística, e dos registros empíricos do programa (LAKATOS, 1979).

De acordo com esta interpretação, os programas de pesquisa não são estáticos. Novos fatos são descobertos, novos problemas emergem e, assim, modificações devem ser feitas no cinto protetor. Lakatos, então, argumenta que os programas de pesquisa devem ser avaliados pela maneira como evoluem ao longo do tempo. Se as modificações feitas no programa não mais explicam as novas evidências, o programa torna-se degenerativo. Se por outro lado, modificações não somente explicam as anomalias mas também levam à predição de novos fatos, o programa torna-se progressivo (é teoricamente progressivo se novos fatos são preditos e empiricamente progressivo se novos fatos são corroborados). Finalmente, deve-se considerar que programas de pesquisa não existem de forma isolada, o que, em termos de avaliação, envolve a escolha entre programas competitivos. Lakatos afirma que o cientista deve abandonar programas de pesquisa degenerativos em favor dos progressivos, embora exista um problema com esse critério, dado que programas podem passar por ambas as fases.

Nesse ponto, estabelece-se uma diferença fundamental entre Kuhn e Lakatos. Enquanto para o primeiro a escolha entre paradigmas é realizada com base na fé da comunidade científica no novo paradigma dominante, a escolha entre os programas de pesquisa, tal como propostos por Lakatos, fundamenta-se na capacidade preditiva das teorias que os compõem. A utilização da capacidade preditiva na atribuição de cientificidade e na escolha entre teorias é característica fundamental do instrumentalismo metodológico, sustentado, principalmente, por Milton Friedman.

Por fim, faz-se uma última observa o em termos da compara o do pensamento de Lakatos com Popper. Ambos os autores concordam com a importância do conteúdo empírico para as teorias científicas, ou seja, para ambos, a rela o entre fatos observados e teorias levantadas tem um caráter falsificacionista, sendo o conteúdo empírico uma das formas de detectar as *anomalias* responsáveis pelo progresso científico. Contudo, diferentemente de Popper, Lakatos defende que o *hard core* de um programa de pesquisa   imune a essas anomalias e, conseqüentemente, ao próprio falsificacionismo. Além disso, para este autor a capacidade de previsão   uma melhor demarca o de ciência progressiva do que a possibilidade de falsifica o de suas hipóteses.

2 Realismo Crítico: breves considera es

Uma das alternativas filosóficas que se contrapõe   filosofia dos lógico-positivistas e dos adeptos da ciência como “programas de pesquisa” pode ser encontrada na ontologia filosófica do realismo cr tico⁶, que foi apresentada originalmente em *A Realist Theory of Science*, escrito por Roy Bhaskar (1975). Todavia, esta filosofia crítico-realista ingressa nas discussões metodológicas em economia pelo trabalho de Tony Lawson (1997), intitulado *Economics and Reality*. Como destacado por Fucidji (2006), existem boas representa es do realismo crítico na literatura, de forma que o que se segue tem apenas o objetivo de retomar alguns aspectos específicos dessa interpreta o.

Inicialmente, cumpre observar que a referida obra pode ser entendida como defesa da aplica o do Realismo Transcendente para a análise das teorias econ micas, uma vez que combina a filosofia realista de Bhaskar, que propõe uma nova visão da realidade para orientar o conhecimento e a ciência, e a preocupa o de Lawson em reorientar a investiga o das teorias econ micas para ontologia e em propor uma teoria da realidade social na condi o de *sistema aberto*. Assim, enquanto filosofia, o Realismo Transcendente reconhece a existência de uma realidade intransitiva que precede e   independente do conhecimento, embora esta seja inteligível e, por isso, o conhecimento e as ciências buscam explic -la. Em outros termos,

⁶ O conceito filosófico de realismo   estreitamente ligado com a ontologia, *i. e.*, com a investiga o dentro da natureza do ser, do que existe, incluindo a natureza do objeto de estudo. Sendo assim, o termo   utilizado para especificar a natureza da realidade, seja natural ou social.

admite-se a distinção entre os domínios transitivo e intransitivo do conhecimento. O objeto de estudo da ciência é intransitivo no sentido de que existe, é duradouro e age de forma independente do processo de sua identificação; os mecanismos, as tendências e as estruturas causais, que são designadas por leis causais, são irreduzíveis ao conhecimento delas e, pelo menos em algumas partes, resistem e agem de forma independente do seu conhecimento (LAWSON, 1997, p.25). Por outro lado, é transitivo porque as teorias científicas utilizadas pelo pesquisador para conhecer seu objeto de estudo fazem parte deste domínio, constituído de “fatos, observações, teorias, hipóteses, suposições, palpites, intuições, especulações, anomalias etc., que condicionam todo conhecimento ulterior, e em particular, facilitam e tornam-se ativamente transformados pela laboriosa prática social da ciência” (LAWSON, 1997, p.25). Nesse caso, conhecimento é um produto social ativamente produzido por meios de produtos sociais antecedentes – embora esteja engajado continuamente, ou interagindo, com seu objeto de estudo (intransitivo).

Nessa concepção, em contraposição ao realismo empírico, o mundo não é composto somente de eventos e da experiência e impressão deles resultantes, mas também de (irreduzíveis) estruturas e mecanismos, poderes e tendências que, embora talvez não sejam diretamente observáveis, ainda assim governam, produzem e estão na base dos eventos atuais da nossa experiência. Três domínios dessa realidade são, nessa perspectiva, observados: (i) a dimensão *empírica*, ligada à percepção sensorial dos fenômenos; (ii) a dimensão *realizada* entendida como o *locus* dos eventos, estado de coisas, fenômenos e fatos resultante de causas emergentes; e (iii) a dimensão *real*, entendida como campo de forças que podem vir a propiciar as causas dos eventos, apesar de sua existência ser latente ou potencial, pois depende de mecanismos e condições para sua operação. Assim, o caráter transcendente está na rejeição da exclusividade da dimensão empírica.

A questão que deve ser ressaltada é que esses domínios não são somente ontologicamente distintos, mas, crucialmente, eles são desincronizados. Então, enquanto a experiência está desincronizada dos eventos, também alguns eventos estão tipicamente desincronizados dos mecanismos que os governam. Eventos, em outras palavras, são multiplamente determinados por vários fatores que governam as causas e, portanto, dificilmente podem ser compreendidos (somente) mediante observação, experiência e impressão.

Nessa perspectiva, o realismo transcendental é diferente pois admite o mundo composto, em partes, por objetos que são *estruturados* – no sentido de que são irredutíveis aos eventos da experiência - e *intransitivos* - no sentido de que existem e agem independentemente de sua identificação. Sendo assim, a ciência não está confinada a procurar conjunções constantes de eventos, mas em buscar identificar e iluminar as estruturas e mecanismos, poderes e tendências que governam ou facilitam os fenômenos da experiência. Em outras palavras, a atividade experimental, os resultados e a aplicação do conhecimento determinado experimentalmente fora de situações experimentais podem ser acomodados somente invocando a ontologia do realismo transcendental - de estruturas, poderes, mecanismos e tendências - que governam e estão por trás do fluxo de eventos em um mundo essencialmente aberto. Sendo assim, é fácil observar que no realismo Transcendental a inteligibilidade da realidade não passa pela regularidade dos eventos, mas, sim, pela identificação das causas que emergem das forças estruturais.

Em síntese, o realismo transcendente suporta uma concepção alternativa de ciência, que se refere à identificação da estrutura e de mecanismos que governam os eventos da experiência. Dado que as estruturas subjacentes não se manifestam facilmente nos eventos, o objetivo da ciência é reconhecido como necessário, possível e não trivial. Nessa perspectiva, o conhecimento progride com as teorias existentes, com as suposições, hipóteses e anomalias, vindo a ser transformado nos laboratórios de ciência da prática social. Isso significa que nesta concepção (de ciência) os agentes intervêm e manipulam a realidade, ou seja, consente-se uma teoria social amparada por meio de indivíduos e instituições que são, por sua vez, admitidos como estruturas sociais. Esses são assim reconhecidos como possuindo capacidades de transformação, como indivíduos inteligentes, competentes e capazes de intervenção e de manipulação da realidade de modo que, entre outras coisas, esta se torna mais fácil de avaliação e/ou mais facilmente revelada.

É ancorado nessa filosofia que Lawson desenvolve seus argumentos. Segundo o autor, um dos objetivos primários do realismo crítico é identificar a natureza e as características básicas do *mainstream* econômico. Nesse caso, identifica-se como característica principal dessa abordagem a modelagem de sistemas fechado. Por sistema fechado, entendem-se as situações em que as regularidades da forma “se evento X, então evento Y”. Os métodos de análise

e os modelos de explicações formulados sobre a pressuposição de que regularidades são necessárias em ciência são denominados de *dedutivistas*. Logo, a interpretação dedutivista caracteriza o *mainstream* econômico, o qual se constitui em sistemas sociais abertos no erro essencial da economia moderna. Isso porque a regularidade de eventos, da forma como é presumida no dedutivismo, somente ocorre sob certas condições específicas.

Esse é o ponto central da crítica à inadequação dos métodos explanatórios da moderna economia neoclássica à natureza dos objetos da realidade proposta pelo autor. A crítica realista ao positivismo centra-se na limitação do realismo empirista ou, mais especificamente, na sequência lógica empregada do realismo empirista à epistemologia positivista. Ademais, a incoerência do dedutivismo não é uma questão da inadequação dos critérios do teste empírico, mas da incapacidade de explicação baseado na atividade experimental, proveniente de uma ontologia filosófica que reduz o objeto das ciências a padrões de eventos empíricos⁷. Em outras palavras, a crítica mostra que, se alteradas as orientações filosóficas iniciais, a teoria ortodoxa revela suas incoerências justamente por adotar de forma acrítico uma modalidade de explicação científica *dedutivista*.

Segundo o autor, o dedutivismo pode ser definido como “*the collection of theories (of science, explanation, scientific progress, and so forth) that is erected upon the regularity conception of laws in conjunction with the just noted principle of theory assessment*” (LAWSON, 1997, p. 14). O cerne da crítica é justamente a noção empregada de existência de *padrões* ou de *regularidades* empíricas. Isso porque, se a questão gira em torno de identificar ou postular regularidades na forma “se evento X, então evento Y”, há de se considerar que esta conjunção constante de eventos surge apenas em *sistemas fechados*, de tal forma que a universalidade e aplicabilidade deste *dedutivismo* requer que a realidade seja encarada como tal.

Neste ponto, cabem duas observações: em primeiro lugar, deve-se destacar que para Lawson a regularidade de eventos é espaço-temporalmente restrita, artificialmente produzida ou mesmo raramente encontrada no mundo natural e social e, portanto, ela não pode ser considerada premissa para sua

⁷ Em outras palavras, assume-se que o Positivismo tem como ontologia um realismo empirista e como método um dedutivismo que estende a regularidade empírica para a formulação de leis universais (LAWSON, 1997).

inteligibilidade. Ademais, a realidade a ser explicada não   apenas aquela que aparece empiricamente com a identifica o de regularidades, mas também, e de forma mais frequente, aquela relacionada   mudança e   varia o dos eventos. Para explicar essas observa es – de que as regularidades dos eventos são restritas a situa es específicas e de que a ciência   exitosa mesmo onde essas regularidades não são evidentes – necessita-se, portanto, incluir nos argumentos da ontologia *mainstream* estruturas subjacentes das coisas, seus poderes, mecanismos e tendências que, se acionados, agem mesmo que seus efeitos não se manifestem diretamente. Isso significa que certas coisas, em virtude de suas estruturas intr secas, têm poderes que podem existir sem serem acionados, ou se acionados, podem produzir um conjunto de mecanismos e *tendências* que não se manifestam diretamente por causa da existência de forças opostas.

Em segundo lugar, deve-se considerar que os sistemas fechados se caracterizam pela ado o de condi es intr secas e extr secas. A primeira condi o   aquela que garante identificar determinado elemento pelo fato de o mesmo manter suas propriedades e regularidade de funcionamento em quaisquer condi es, enquanto a segunda se refere   possibilidade de isolamento dos elementos e variáveis que produzem resultados regulares. As questões ontológicas ligadas a essas condi es dizem respeito   possibilidade de, por um lado, identificar estruturas e institui es sociais que tenham como características as regularidade e, por outro, a possibilidade de estabelecer as rela es fixas entre elas e isol -las frente às demais variáveis. Ora, acontece que, no caso da realidade social, as estruturas não funcionam sozinhas e, portanto, suas forças não são automaticamente operacionalizadas pois dependem da rela o entre *estrutura* e *agente*.

3 Realismo Crítico e Teoria Pós-Keynesiana

Como apontado por Lawson (1997, p. 300, nota 20), existe um crescente número de contribui es que envolvem uma estrutura realista igual ou semelhante   defendida pelo autor, que não são contribui no campo da economia na qualidade de teoria social, incluindo a metodologia econ mica, mas também em muito daquilo que   interpretado como contribui o dos programas de pesquisas. No caso p s-keynesiano, o autor cita como representativos os trabalhos de Arestis (1990, 1992), Arestis e Chick (1992), Davis (1987, 1989, 1992) e Dow (1990, 1991, 1995), entre outros. Não obstante, o próprio autor escreve alguns trabalhos em que reconhece a

conexão entre essas abordagens. O que segue sintetiza alguns desses argumentos.

Primeiramente, segundo Lawson (1999), deve-se reconhecer que o projeto sistematizado como realismo crítico é um projeto filosófico. Assim, ele não carrega diretamente quaisquer implicações concretas ou substantivas de política, uma vez que este é o papel que cabe às ciências específicas. Ou seja, este projeto é essencialmente não elaborado para a ciência (incluindo a ciência social) de forma que ele não pode agir substituindo a investigação. Todavia, isso não significa que este projeto é separado ou mesmo externo a prática social, ao contrário, ele possui suas raízes nelas. Ademais, como visto anteriormente, sua ontologia pressupõe que a realidade (natural e social) é estruturada, aberta e diferenciada, sendo a realidade social, em particular, especialmente dinâmica e constituída de um grau significativo de totalidades internamente relacionadas.

Acontece que não há qualquer parte deste projeto que revela ou investiga estruturas específicas. Logo, se a natureza do realismo crítico é essa, e não há um link direto entre ele e qualquer teoria científica social específica, a questão que emerge é no sentido de estabelecer a natureza da relação entre essa concepção e a tradição pós-keynesiana.

Como observado anteriormente, a característica reconhecida como essencial do projeto *mainstream*, qual seja, a aderência ao dedutivismo formal e a sua insistência sobre a universalidade desta aplicação, pressupõe (para sua legitimidade) que o mundo social é sempre fechado e a regularidade dos eventos é onipresente. Então, em linha com o realismo crítico, o pós-keynesianismo se opõe a esta concepção na medida em que reconhece que o mundo não é sempre fechado; que a regularidade dos eventos não são onipresentes; e que, em geral, o mundo é aberto e sujeito somente a fechamentos localizados (usualmente experimentais). Além disso, é fácil mostrar que a ênfase sobre a incerteza, os processos históricos e a escolha real revelam o compromisso do pós-keynesianismo com algo aberto, estruturado e ontologicamente dinâmico, tal como elaborado e sistematizado dentro da abordagem do realismo crítico.

Mais especificamente, podem-se observar a oposição explícita da visão pós-keynesiana à ontologia positivista da conjugação de eventos constantes, por exemplo, na rejeição da pressuposição ortodoxa usual em econometria de

presença de ergodicidade e/ou estacionariedade econ mica. O mesmo pode ser considerado com rela o   crítica pós-keynesiana   universalidade do raciocínio ortodoxo axiomático-dedutivo; ou ainda, na rejei o das a o s humanas como receptoras passivas de fatos atomísticos, entre outros, pela ênfase dada   incerteza fundamental como prevalecente no mundo econ mico real.

Segundo Lawson (1994), a oposi o ao positivismo pode ser explicada ainda pela discussão pós-keynesiana sobre ergodicidade, incerteza e metodologia, assim como por outras características proeminentes que estão de acordo com alternativa do realismo crítico. Dentre essas características, destacam-se a ênfase pós keynesiana na visualiza o dos eventos como resultantes de institui o s econ micas e políticas; na economia como processo histórico dinâmico, em que se sobrepõem questões relacionadas   distribui o e   troca; e na aceita o do objetivo de emancipa o humana. Especificamente, a primeira característica alinha-se com a concep o do realismo transcendental de que a sociedade   estruturada e intransitiva, na qual anteriormente   experiência dos eventos e das a o s humanas estão às estruturas ou condi o es que as governam e/ou produzem, mas que são irredutíveis a elas. A segunda característica relaciona-se   visão crítica realista de transforma o da atividade social. Nessa concep o, as estruturas sociais são inescapavelmente geo-historicamente determinadas, sendo elaboradas pela reprodu o/transforma o da (transformadora) atividade social humana. Finalmente, a interdependente mas distinta natureza da a o e da estrutura social segue da possibilidade da emancipa o humana pela sua a o estrutural, racional e intencional.

Lawson (1999) chama aten o para o fato de que, ainda que os p s-keynesianos estejam em linha com o realismo crítico ao aceitar sua *ex posteriori* avalia o de que o mundo   aberto e estruturado, isso não significa que eles não se envolvam em métodos formais, como a econometria. Acontece que neste caso se reconhece que a possibilidade de sucesso desta técnica requer fechamentos locais, que são um caso especial, mas que não estão excluídos *a priori*. Ademais, o objetivo do realismo crítico, sobretudo para a economia,   trazer considera o s ontológicas e indicar as reais possibilidades na esfera social e não determinar *a priori* quais possibilidades deve ser considerar. Assim, os oponentes do realismo crítico não são os p s-keynesianos ou qualquer pessoa que tenta descobrir se, em certas condi o es,

algum sistema fechado pode contribuir com algum esclarecimento. Em contraposição estão aqueles que defendem qualquer forma de dogma *a priori*. Então, o oponente genuíno é o projeto corrente *mainstream*, com sua *a priori* insistência de que o formalismo é o único método adequado e universalmente válido para a economia moderna.

O trabalho de Dow (1999) também estabelece as conexões entre o realismo crítico e a abordagem pós-keynesiana. Nesse caso, a autora inicia ressaltando o fato de que as emanções políticas, a ênfase sobre a explicação e a diversidade de métodos e teorias que constituem o pós-keynesianismo é consistente com a metodologia implicada pelo realismo crítico; porém, a questão é saber se a diversidade particular existente no pós-keynesianismo constitui um corpo coerente de pensamento. Além disso, apesar do reconhecimento de que a ontologia subjacente ao realismo crítico serve como base para identificar as escolas de pensamento e de que a mudança de foco da epistemologia para a ontologia constitui uma das suas maiores contribuições, há de se considerar que dentro da ontologia dos sistemas abertos, comuns às teorias *não-mainstream*, existe um amplo escopo de entendimentos. Logo, para se delinear a economia pós-keynesiana, é necessário especificar sua visão particular da realidade dentro desses sistemas. Sendo assim, indaga a autora, o que significaria em termos do seu desenvolvimento teórico supor que todos os pós-keynesianos estivessem de acordo que a escola é crítico-realista?

Segundo a autora, cabe aos metodologistas resolver as inconsistências entre a prática e a metodologia assumida em cada programa de pesquisa, bem como cabe a eles esclarecer as disputas que emergem do uso de diferentes metodologias. Então, a implicação da questão anterior é que os metodologistas pós-keynesianos devem confrontar a prática dentro dessa abordagem com as implicações da escolha de sua fundamentação no realismo crítico. Evidentemente, segundo Dow (1999), isso implicará mudança de prática. Para exemplificar, consideram-se as injunções crítico-realistas com respeito à econometria. Nesse caso, dado que alguns pós-keynesianos não estão desejosos de aceitar essas injunções, como se deve proceder: Rejeitam eles o pós-keynesianismo ou vice-versa? Ou ainda, isso implica que o realismo crítico não deve ser identificado como fundamento para os pós-keynesianos? Para responder a estas questões, a autora sugere que é necessário reconsiderar o papel da fundamentação filosófica e metodológica e

sua relação com a prática. Segundo ela, o foco deve estar primeiramente sobre a filosofia e, dado isso, na metodologia correspondente.

Sendo assim, dentro de uma perspectiva pós keynesiana, adota-se a ontologia com base na experiência pessoal do mundo real e das crenças convencionais das comunidades às quais pertence. Ou ainda, em termos filosóficos gerais, os economistas não ortodoxos entendem o mundo em termos de um conjunto complexo de processos causais subjacentes que não podem ser diretamente percebidos. Como resultado, segue-se uma metodologia dos sistemas abertos que encoraja um conjunto de métodos na construção do entendimento de diferentes processos causais que atuam em diferentes contextos e relações. A delineação da economia pós-keynesiana  , então, uma questão de segunda ordem, comparada com a especificação da abordagem mais geral dos sistemas abertos, que o realismo crítico, ele próprio, não pode responder.

A sugestão, assim,   que a fundamentação filosófica e metodológica não deve ser tratada a partir de axiomas fixos⁸, mas ser colocada sobre precauw o, junto com a prática, sempre que os conflitos entre ela e os aspectos metodológicos surgirem. Nesse caso, por exemplo, as críticas do realismo crítico   postura econométrica poderiam ser mais claras no sentido de mostrar o que   e o que não   consistente com sua fundamentação, de forma que o debate pudesse prosseguir. Não obstante, entende-se que o realismo crítico fornece uma fundamentação explícita e bem elaborada para o pós-keynesianismo e que ele deve enriquecer os desenvolvimentos futuros desta escola.

Em síntese, Dow (1999) argumenta que as escolas de pensamento são definidas de acordo com sua metodologia e filosofia subjacente. Nesse caso, considera-se que o realismo crítico provê uma fundamentação sustentável compatível com o pós-keynesianismo. Adicionalmente, sustenta-se que o realismo crítico pode contribuir com a delineação dessa escola dentro da economia *não-mainstream*, na medida em que se prioriza sua ontologia. Por outro lado, consente-se que muitos p s-keynesianos não têm abertamente adotado o realismo crítico, o que se deve parcialmente   sua interpretação

⁸ Refere-se ao pensamento tradicional em sistemas fechados que sugere que primeiro vem a filosofia, então a metodologia, o método, a teoria e a política, ou, em outras palavras,   adotar uma maneira de pensar semelhante   deduw o axiomática.

errônea como uma metodologia objetivista tradicional. Mas o realismo crítico pode tornar clara essa ruptura com a metodologia tradicional se aceitar o processo de abdução (ou método retrodutivo) com respeito a si próprio. Em outras palavras, a diferença de opinião entre os praticantes do pós-keynesianismo e dos metodologistas realistas críticos deve iniciar um processo de discussão capaz de propiciar modificações em ambos os projetos.

O trabalho de Rotheim (1999), por sua vez, mostra como as principais noções da economia pós-keynesiana se adaptam confortavelmente à fundamentação do realismo crítico. Para tanto, considera-se a ontologia científica pós-keynesiana na tentativa de identificar estruturas e mecanismos que permitem entender questões econômicas fundamentais, tais como emprego, produto, crescimento, inflação e distribuição. Nesse caso, a fundamentação teórica que permite a identificação dos mecanismos e/ou estruturas tem como base a teoria keynesiana; mais especificamente, da Teoria Monetária da Produção e da Teoria da Demanda Efetiva.

Antes de aprofundar este ponto, cumpre observar que para o autor a aceitação de afirmações substantivas sobre a natureza das coisas como base para a interpretação de resultados observáveis em termos de tendências, forças, escolhas, bem como o *poder* que se coloca na sua interação, permite ao programa científico pós-keynesiano construir doutrinas e teorias que explicam a ocorrência dos resultados econômicos fundamentais. Assim, pode-se dizer que muitos aderentes do pós-keynesianismo identificam esses mecanismos como resultado da ação humana intencional que reproduz e transforma ambas as circunstâncias e processos pelos quais essas ações podem ocorrer. Em outros termos, é ancorado na noção de incerteza, na teoria monetária da produção e na teoria da demanda efetiva que os pós-keynesianos têm desenvolvido sua abordagem capaz de revelar os mecanismos geradores na economia. A descoberta desses mecanismos ajuda a explicar os longos períodos de estabilidade e os períodos de crise gerados pelas forças subjacentes que estão presentes na mesma.

Para mostrar, então, mais especificamente como as principais noções pós-keynesianas se adaptam à fundamentação do realismo crítico, é necessário destacar inicialmente a centralidade para essa abordagem da noção de que ao mundo social é fundamentalmente incerto, no sentido de que o futuro é amplo e complexo e que sua natureza *relacional* torna seu conhecimento impossível. Nesse caso, deve-se deixar claro que a noção de

incerteza, que reflete a noo de processos não-ergódicos,   consistente com a abordagem realista de que regularidades determinísticas não são características “convincentes” do mundo social. Logo, assim como no realismo crítico, os p s-keynesianos consideram a economia refletindo um sistema aberto, em que nenhuma das condições que caracterizam as regularidades determinísticas   considerada (normalmente) evidente no mundo real. Adicionalmente, cada perspectiva reconhece que a natureza fundamentalmente aberta da economia exige que indivíduos e/ou grupos de indivíduos estabeleçam regras, padrões e outros arranjos sociais que lhes permitem tomar decisões em um ambiente de incerteza.

Um exemplo central da presença de incerteza na abordagem pós-keynesiana encontra-se no contexto social da barganha salarial e no que se convencionou de a Teoria Monetária da Produção. Segundo Rotheim (1999), se esses dois conceitos forem claramente desenvolvidos, eles conjuntamente culminarão na Teoria da Demanda Efetiva, essencial para qualquer descrição pós-keynesiana das flutuações na renda, produto e emprego.

Inicia-se analisando a barganha salarial. Convencionalmente, reconhece-se que os salários monetários são relativamente rígidos, especialmente para baixo. *Grosso modo*, pode-se afirmar que a interpretação *mainstream* entende que, em um contexto em que não há livre flutuação salarial (presença de imperfeições), emergem o desemprego involuntário e a instabilidade sist mica. Isso  , atribui-se   inflexibilidade salarial a causa para as flutuações no emprego e, conseqüentemente, ao produto. Por outro lado, a interpretação pós-keynesiana entende que essa rigidez   resultado de um comportamento racional   luz da incerteza fundamental (uma racionalidade convencional), sobre as quais se originam as condições que garantem certa estabilidade para as expectativas que, por sua vez, possuem efeitos positivos sobre a geração de emprego. Ou seja, a rigidez salarial tem o efeito de induzir o emprego ao criar circunstâncias que promovem a estabilidade da atividade econ mica por longos períodos. O desemprego involuntário, nessa perspectiva, nada tem a ver com a flexibilidade dos salários monetários.

O que aqui deve ser observado   que a lógica *mainstream* empregada nesse contexto   claramente consistente com a caracterização dedutivista. Isso porque, o desemprego para a indústria como um todo   contextualizado da mesma forma que para qualquer indústria ou firma individual; ou seja, em qualquer caso considera-se o mercado de trabalho a partir de funções oferta e

demanda independentes mediadas pela livre flutuação da taxa real de salário. Acontece que esta conclusão só pode ser alcançada se o sistema em análise estiver desde o início fechado. Em outras palavras, para se falar em termos de uma curva de mercado de trabalho, devem-se assumir as condições de regularidades determinísticas (o fechamento interno e externo). Assim, o dedutivismo emerge como uma coisa natural, em que o economista *mainstream* é levado a pensar sobre flutuações no emprego e sobre a estabilidade econômica em termos da extensão se os salários vão ou não cair. Segundo Rotheim (1999, p. 89), “*the lawlike statement, in this regard, is, of course, “if real wages cannot fall, then unemployment will not be abated”*”.

A crítica sobre esta lógica foca as condições de regularidade determinísticas, mais especificamente, sua ausência e a incerteza para mostrar a indeterminação da visão *mainstream* baseada na existência de um mercado de trabalho agregado com funções independentes de oferta e demanda. Como demonstrado por Keynes, o trabalhador não está em posição de determinar o salário real por meio da barganha salarial. Isso porque o salário real é determinado pelo princípio da demanda efetiva, onde mudanças é resultante de um conjunto de forças ou tendências que possuem resultado cumulativo incerto. Ademais, o trabalhador busca preservar o seu salário relativo, ou seja, os indivíduos percebem que é o seu salário monetário relativo, e não o salário real, que está sob seu controle.

No mundo *mainstream*, barganha em termos de salários relativos reflete um tipo de ilusão monetária que torna seu comportamento totalmente irracional. Mas em sistemas abertos, em que o salário real é ontologicamente incerto para o trabalhador – dado que o preço dos bens salariais não é independente da barganha salarial – é a negociação em termos de salários reais que reflete um comportamento fortuito e irracional. A racionalidade requer que essa negociação esteja baseada em convenções estabelecidas acerca da estrutura dos salários relativos. Novamente, em uma estrutura realista, indivíduos são capazes de tomar decisões em um mundo social estruturado e, especificamente, neste caso, com razoável conhecimento da estrutura diferencial dos salários nominais, das classes e dos poderes inerentes ao processo (ROTHEIM, 1999).

Para os pós-keynesianos, então, está claro que a existência de incerteza e a resultante resposta racional do trabalho *via* elaborações de contratos salariais em termos monetários têm levado à emergência de estruturas

institucionais e de conven es. Esta perspectiva reflete o que Keynes chamou de Teoria Monetária da Produ o, onde existe explicitamente a rela o contratual e onde a “moeda” passa a ser o ativo que tem características peculiares e que exerce papel fundamental, sobretudo, na medida em que permite maior flexibilidade e liberdade para os agentes responderem a eventos futuros incertos. O nexos que ajuda a descrever a estrutura que caracteriza a Teoria Monetária da Produ o se inicia, portanto, com o reconhecimento de que a economia e, mais especificamente, as rela es de trabalho, respondem a conven es no momento da elabora o dos contratos, contratos estes firmados em termos monetários.

A elabora o de contratos dessa natureza exerce papel primordial em uma economia monetária da produ o, pois permite a constitui o de rela es estáveis entre o custo do trabalho corrente e futuro. Ademais, há de se considerar que nem todos os contratos vencem no mesmo período (contratos justapostos), o que adicionalmente contribui para esta estabilidade (dos custos). Essa estabilidade, por sua vez, influencia a forma o de expectativas relativas aos preços monetários futuros. Assim, se percebida uma relativa estabilidade entre preço de oferta corrente e futuro, estabelece-se certo grau de confiança para e por parte dos produtores, que faz com que eles fiquem mais propensos a se engajar em contratos futuros.

Observa-se que nenhuma dessas tendências até então mencionadas requer condi es de regularidade determinísticas. Ao contrário, elas refletem uma sinergia social em que agente (trabalhadores e firmas) e estrutura (contratos denominados em moeda) se pressupem mutuamente sem, no entanto, reduzir-se um ao outro. Existe, portanto, uma matriz social em que os indivíduos podem fazer decisões racionais sem estar sujeitos a algum tipo de decisão mecânica (necessárias na lógica *mainstream*). Nesse caso,   fácil ver que a barganha em termos de salários relativos contribui para a reprodu o dessa matriz e ajuda a criar as circunstâncias sobre as quais a tomada de decisões adicionais pode contribuir para a transforma o dessa matriz (ROTHEIM, 1999).

Adicionalmente, vale observar que a estabilidade dos salários e a da taxa de juros monetária (resultante da teoria da preferência pela liquidez) são elementos necessários que atuam no sentido de induzir os produtores a comprometer seus recursos por um longo período de tempo, isto  , na forma de aquisi es de plantas e equipamentos. Não obstante, o que deve ser

destacado é que, em virtude da incerteza fundamental, o retorno esperado sobre os ativos de capitais não pode ser conhecido no futuro, o que obriga aos empresários a tomar decisões baseadas nos dados e expectativas internos e externos a essa situação. Isso significa que a decisão do investimento é uma decisão *social* – cujo retorno não pode ser conhecido independentemente do investimento e dos gastos em consumo da coletividade. Sendo assim, os indivíduos devem confiar em convenções sociais para avaliar a confiança que eles possuem em suas previsões sobre os retornos esperados dos ativos de capital.

Em resumo, o que tem sido argumentado é que na medida em que a taxa de salário (monetário) permanece relativamente rígida, são estabelecidas algumas garantias psicológicas aos empresários de que o preço de oferta futuro de bens e serviços vai estar relativamente estável ao preço à vista. Essa expectativa de estabilidade adiciona algum grau de credibilidade à crença de que a taxa de juros monetária futura também estará estável em relação à presente. Dessa maneira, cada um desses fatores, na medida em que atuam sobre a crença de estabilidade do futuro imediato, eles têm o efeito de apaziguar as incertezas inerentes a qualquer economia aberta, crescendo a probabilidade de que os agentes vão desejar comprometer seus recursos por um longo período de tempo, aumentando, assim, o produto e o emprego.

Rotheim (1999) argumenta ainda no sentido de mostrar que a matriz completa de tendências e forças que os pós-keynesianos descrevem como atuando na economia não pode ser plenamente apreciada sem se reconhecer o mecanismo gerador crucial pelo qual se podem pensar a reprodução e a transformação do sistema, qual seja, a teoria da demanda efetiva. Esta teoria, em conjunto com a teoria monetária da produção, provê uma estrutura completa (não através de um modelo dedutivista) pelo qual o economista pode entender por que a economia procede ciclicamente, mas com intervalos de estabilidade. Assim, conclui o autor, a extensão em que o pós-keynesianismo emprega esta estrutura para derivar o entendimento de transformação e reprodução da economia é a *mais completa confluência* entre esta posição e a posição assumida pelo realismo crítico.

Considerações Finais

Este trabalho buscou resgatar algumas dos principais argumentos referentes às discussões filosóficas acerca do que se define como ciência e/ou conhecimento científico, com ênfase sobre a teoria econ mica. Para tanto, inicialmente foram resgatadas as principais posi es dos autores envolvidos nesse debate, quais sejam, Popper, Kuhn e Lakatos.

N  obstante, o foco do trabalho foi o resgate do pensamento realista crítico e de sua intera o com a economia pós-keynesiana. Como observado, o realismo crítico   uma abordagem filosófica que se contrapõe   posi o *mainstream*, ao admitir que no mundo existam estruturas não empíricas subjacentes aos fen menos e que elas delimitam e possibilitam os estados das coisas e eventos verificados em nível empírico.

Em outras palavras, existem estruturas, poderes, mecanismos e tendências que governam e estão por tr s do fluxo de eventos em um mundo essencialmente aberto. Essa concep o anda em simetria com a abordagem pós-keynesiana e, ainda que não possa ser identificada como a única orienta o filosófica sobre a qual se baseia o pensamento pós-keynesiano, há de se considerar que existe alto grau de *confluência* entre essas duas abordagens.

Referências Bibliográficas

- ARIENTI, W. L. Realismo crítico e a reafirma o da heterodoxia na teoria econ mica. In: **XIV encontro Nacional de Economia Política**, 2009, São Paulo. Anais do XIV encontro Nacional de Economia Política, 2009.
- CHALMERS, A. F. **O que   ciência afinal?** São Paulo: Brasiliense, 1994.
- CAVALCANTE, C. M. Filosofia da Ciência e Metodologia Econ mica: do positivismo lógico ao realismo crítico. **Texto para Discussão** - UFF, n  210, Março, 2007.
- DOW, S. *Post Keynesianism and Critical Realism: What is the Connection?* **Journal of Post Keynesian Economics**, V. 22(1), fall 1999.
- FUCIDJI, J. R. O Realismo Crítico e seus oponentes. In: XI Encontro Nacional de Economia Política, 2006, Vitória (ES). **Anais do XI Encontro Nacional de Economia Política**, 2006.
- HERSCOVICI, A. **Dinâmica macroecon mica: uma interpreta o a partir de Marx e de Keynes**. EDUC/EDUFES, São Paulo, 2002.

- HODGE, D. Economics, realism and reality: a comparison of Mäki and Lawson, **Cambridge Journal of Economics**, March, 32[2]: 163-202, 2008.
- KHUN, T. S. (1962). *A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- LAKATOS, I. O Falseamento e a Metodologia dos Programas de Pesquisa Científica. In: LAKATOS, Imre, MUSGRAVE, Alan (ed.). **A crítica e o desenvolvimento do conhecimento**. São Paulo: Cultrix, 1979.
- LAWSON, T. A Realist Theory for Economics. In: BACKHOUSE, Roger E. (org.). **New Directions in Economic Methodology**. London: Routledge, 258-85, 1994.
- LAWSON, T. **Economics and Reality**. London: Routledge, 1997. 364p.
- _____. Connections and distinctions: Post Keynesianism and Critical Realism, **Journal of Post Keynesian Economics**, V. 22(1), fall 1999.
- MARIN, S. R. E FERNÁNDEZ, R. G. Karl Raimund Popper: um filósofo e três abordagens da metodologia da economia. **Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica**, Caxambu – MG, 2003.
- POPPER, K. **Conjecturas e refutações**. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1963.
- ROTHEIM, R. Post Keynesianism and Realist Philosophy. **Journal of Post Keynesian Economics**, V. 22(1), fall 1999.
- VASCONCELOS, M.; STRACHMAN, E. E FUCIDJI, J. R. O Realismo Crítico e as Controvérsias Metodológicas Contemporâneas em Economia. **Estudos Econômicos**, 29(3): 415-445, 1999.
- VIEIRA, J. G. S. E FERNÁNDEZ, R. G. A estrutura das revoluções Científicas na Economia e a Revolução Keynesiana. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 36, n. 2, p. 355-381, abril-junho 2006.